

Arcebispo Dr. Reinhard Marx

A caminho da saída da crise – A Doutrina Social Católica como bússola

Artigo livre para a coluna “Die Ordnung der Wirtschaft” no jornal “Frankfurter Allgemeine Zeitung” – data da publicação: 18/12/2009

“A crise é um estado altamente produtivo. É só eliminar o sabor de catástrofe que a acompanha”. Esta frase de Max Frisch denota uma atitude otimista, em particular se pensarmos na quebra do banco de investimentos Lehman Brothers ocorrida no outono de 2008. Nesta época, fomos atropelados por notícias sobre ruína de bancos, reduções drásticas em volume de negócios e falência de empresas — a crise no mercado financeiro atingiu uma dimensão jamais esperada. No entanto, olhando em retrospectiva de mais de um ano, podemos afirmar que a Alemanha foi poupada de sentir seu sabor de catástrofe. Por um lado, isto pode ser devido ao fato de os responsáveis na Alemanha, Europa e países do G-20 terem implementado uma política firme e adequada permitindo que, de forma geral, conseguissem passar bastante bem pela prova; por outro, a Alemanha se encontrava numa boa posição de saída devido ao crescimento econômico que vinha registrando desde 2005. Só assim é possível explicar o que mostram recentes pesquisas de opinião e análises: apenas um quarto dos domicílios na Alemanha acabou sentindo os efeitos da crise econômica e financeira até agora. Se a Alemanha conseguiu passar pela crise de forma razoavelmente tranquila, significa que devemos estar agora em pleno estado produtivo.

Mas, tão logo começam a se multiplicar os sinais de recuperação da conjuntura econômica, ainda que lentamente, começam a ceder a pressão e afincos para iniciar reformas fundamentais. Ao mesmo tempo, o noticiário das últimas semanas mostra que os mercados internacionais continuam em apuros. A retomada não tem uma base sólida. Na verdade, trata-se mais do desejo de que a crise esteja encerrada e de que mais uma vez tudo tenha corrido bem. E, portanto, estaríamos voltando à normalidade? A mentalidade do “business as usual” está se instalando novamente? O ditado inglês “You must not waste a crisis” aponta exatamente para a oportunidade produtiva contida em uma crise. Não obstante, hoje em dia mais parece que esta chance, na verdade um dever, será desprezada sem ser aproveitada.

Crises marcam pontos de inflexão e nos fazem parar para pensar. É nisto exatamente que reside sua produtividade. O significado original da palavra de origem grega “*krisis*” é este: “mudança decisiva de rumo”. Na Encíclica Social “*Caritas in veritate*” o Papa Bento XVI destaca o impulso criativo fornecido pelos momentos de crise: “A crise obriga-nos a projetar de novo o nosso caminho, a impor-nos regras novas e encontrar novas formas de empenhamento, a apostar em experiências positivas e rejeitar as negativas. Assim, a crise torna-se *ocasião de discernimento e elaboração de nova planificação*”.

As oportunidades produtivas da crise econômica e financeira precisam ser aproveitadas porque as crises não envolvem apenas questões de estabilidade e eficiência econômica, mas principalmente de justiça. Não se trata de mercados como um fim em si mesmos, mas de seres humanos cuja subsistência e futuro são afetados. Uma crise econômica sempre atinge mais fortemente os fracos e os pobres. Está claro que não poderemos evitar as crises. Mas isto não nos exime da obrigatoriedade de fazer todo o possível para reduzir sua probabilidade, frequência e impacto destrutivo.

A doutrina social católica não promete saída para crises nem tampouco pode garantir que não ocorram. Mas pode funcionar como bússola no caminho para uma solução. Por isto vale a pena analisar os atuais problemas financeiros e da economia real à luz desta doutrina.

Desde o seu início, a doutrina social católica pensa a relação entre homem e economia a partir de uma concepção cristã daquele. A questão dos trabalhadores durante a industrialização do século XIX foi a motivação para o Papa Leão XIII dedicar-se à encíclica “Rerum novarum” em 1891. Tal temática foi expandida quarenta anos depois diante da crise econômica mundial na encíclica “Quadragesimo anno”, quando se procedeu a uma avaliação crítica e diferenciada do liberalismo/capitalismo e do comunismo/socialismo. Mais tarde, assumem maior importância os problemas do desenvolvimento mundial e de uma ordem mundial mais justa em face das crescentes desigualdades e injustiças na economia mundial, somadas às mudanças no universo do trabalho. Quando João Paulo II celebra o centenário da “Rerum Novarum” em 1991 com a encíclica “Centesimus annus”, os sistemas socialistas já haviam entrado em colapso. Nesta situação, quando muitos enxergaram no capitalismo o sistema social que sobrepujou o comunismo, o Papa adverte sobre o perigo de radicalização da ideologia capitalista e aponta para caminhos que possam evitá-la. Desta forma, o empenho da doutrina social católica por uma ordem econômica mais apropriada ao homem reflete-se no encerramento deste documento, que atribui esta capacidade à economia social de mercado.

Na busca de uma organização correta e justa do convívio entre os homens, a bússola da doutrina social católica aponta para a inviolabilidade da dignidade e liberdade do homem. A principal pergunta a ser feita é: qual seria um sistema que atenda ao homem, que o promova e conduza à verdadeira liberdade? A medida de todas as formas de organização de economia e sociedade deve ser os benefícios ou limitações que impõem à dignidade pessoal e à liberdade do homem. Não se trata, em absoluto, de adotar uma perspectiva individualista. A pessoa humana é livre, mas carrega responsabilidade não apenas para consigo mesma, mas também para com o outro e a sociedade como um todo. Trata-se do bem-estar de todas as pessoas. No centro está ao mesmo tempo o homem como “eu” e “nós”.

Por conseguinte, a ordem social e seu desenvolvimento devem estar permanentemente voltados ao bem-estar das pessoas. Isto significa mais do que a simples organização de diversos interesses particulares ou individuais. Trata-se do bem para todos. Em tempos de globalização, o empenho pelo bem comum deve estar irrefutavelmente voltado a toda a família humana. Para isto, é essencial que seja criado um marco regulatório global correspondente. Este é imprescindível quando se pretende mitigar os efeitos negativos da globalização e reforçar seus efeitos positivos.

Como poderá ser estabelecida, numa sociedade industrial, uma ordem que seja funcional e, ao mesmo tempo, preserve a dignidade humana? Esta indagação fundamental, formulada originalmente na fase de concepção da economia social de mercado, é importante, pois, junto com este modelo econômico, foi se consolidando a convicção política de que, ao ser explorado o potencial de produtividade e eficiência de um regime de competitividade, o indivíduo estaria automaticamente recebendo o apoio necessário para desenvolver suas capacidades e responsabilidades, num contexto que tem por fim último o bem comum. A economia social de mercado continua sendo o sistema econômico capaz de ordenar a liberdade econômica e reunir eficiência econômica e equilíbrio social. Isto porque não se resume a um conceito econômico, mas também de sociedade. Seu objetivo é proporcionar liberdade a muitos e não só a poucos, e também incluir a participação dos mais fracos.

Não obstante sua trajetória bem sucedida por várias décadas, a economia social de mercado está perdendo algo de sua confiabilidade. Isto porque os cidadãos estão mais reticentes em

acreditar que este modelo seja capaz de continuar assegurando o bem-estar social de forma satisfatória. Os recentes casos de escândalos empresariais e a queda de prestígio de banqueiros e executivos diante da opinião pública afetam o ambiente social. Muitos se sentem feridos em seu senso de justiça e a confiança na economia social de mercado acabou sendo prejudicada.

Tomando emprestada a famosa frase de Winston Churchill sobre democracia, podemos afirmar que “a economia de mercado é o pior sistema econômico, à exceção de todos os demais sistemas que têm sido experimentados de tempos em tempos”. Não é realista imaginar que, em um regime de liberdade, todos possam perseguir seus interesses sem considerar o todo, supondo que as regras por si só seriam capazes de prover um equilíbrio razoável. O mesmo se aplica à economia. Instituições livres por si só não garantem um respeito mínimo ao bem comum; na verdade, até impõem determinados comportamentos. As virtudes são necessárias tanto na democracia quanto na economia.

Neste sentido, é fato na democracia tanto quanto na economia social de mercado: é necessário estar constantemente dando provas de que, entre todos os sistemas existentes e nas condições atuais, são estes sistemas os que melhor garantem, de forma sustentável, a liberdade e a dignidade individuais e também o bem comum. Porque, num mundo que se transforma tão rapidamente, estão sempre surgindo novos problemas. Nosso entendimento sobre a interdependência dos aspectos econômicos, sociais e ambientais não para de crescer, bem como as possibilidades de organização do nosso mundo, para o bem e para o mal. A crise do mercado financeiro, os problemas estruturais da economia, as mudanças climáticas e a problemática do consumo irrefreado dos recursos naturais, da pobreza e da segurança alimentar mostram que, em muitos casos, a interação entre liberdade e ordem e liberdade e responsabilidade não é equacionada ou o é apenas de forma insatisfatória.

A economia social de mercado tem a capacidade de se adaptar, pois não é um “sistema” rígido que proporciona um determinado ordenamento social. Ergue, sobre um fundamento cimentado em valores e princípios, um tecido vivo e aberto de modos de atuação na economia, determinando regras sociais e ações do Estado. E é por isto que o sistema real existente precisa sempre reavaliar-se de maneira crítica e se aprimorar. Em todos os tempos, sempre é necessário haver esforços de aprimoramento concreto da economia social de mercado, melhorando seu desempenho. Entretanto, a crise econômico-financeira atual mostra ter sido este potencial aproveitado de modo insuficiente. Em paralelo ao resgate da idéia fundamental da economia social de mercado é urgentemente necessário aprimorar o modelo aplicado hoje. A doutrina social católica pode servir como norte.

Pois a economia social de mercado está baseada em condicionantes culturais tais como juízos morais e pressupõe uma liberdade responsável. Ao mesmo tempo, consolida estes parâmetros morais sobre que se baseia. Mas não constitui um sistema auto-sustentável, o que se comprova não menos pela ocorrência da crise econômico-financeira atual, cujas causas também podem ser encontradas nas mudanças do sistema de valores. Encontra-se desequilibrada a relação entre interesse individual e bem comum. A responsabilidade individual na manutenção de uma ordem econômica está sendo subestimada. Com frequência a liberdade desvincula-se da responsabilidade. Estes desenvolvimentos mostram que a economia social de mercado depende do reforço e balizamento constantes exercidos pelos conceitos de valor, construídos previamente no terreno da política e da economia. Mas estes pré-requisitos são pouco discutidos hoje em dia. Sendo assim, para que a economia social de mercado continue a se desenvolver, não basta apenas aprimorar a estrutura de funcionamento do marco regulatório, é necessário também haver um amplo debate sobre os valores e virtudes que orientam a vida em sociedade e na economia. Assim sendo, supostamente a “crise” deve

ser entendida não apenas como crise financeira e econômica, mas principalmente como parte de uma crise de orientação, resultante da negligência de se considerar a interdependência destes fatores.

À luz da doutrina social católica e seus princípios, os caminhos que indicam uma saída para a crise podem ser de distintas orientações, importantes para o desenvolvimento que se seguirá:

A crise evidenciou fragilidades fundamentais do sistema financeiro que precisam ser sanadas através de ajustes na regulamentação global. Há necessidade de um sistema de controle mais eficiente, de aprimoramento da cooperação internacional e mais transparência. São muito promissores os elementos constituintes de uma nova ordem internacional de regulação do mercado financeiro, abordados na Cúpula do G-20 realizada em Pittsburgh no mês de setembro. É bem verdade que, quando arrefecerem as pressões e a determinação para engendrar reformas, não devemos permitir que as boas idéias acabem sendo adiadas e esquecidas.

Da mesma forma, a desatenção para com o princípio da responsabilidade, especialmente a violação maciça do “princípio constituinte da responsabilidade” (Walter Eucken) contribuiu de forma decisiva para a crise atual. É necessário que volte a ser normal e esperado assumir a responsabilidade por decisões equivocadas ao invés de apostar logo de saída que os riscos serão absorvidos por terceiros. Para tanto, será preciso reintroduzir mecanismos de responsabilização e um marco regulatório operacional que, pensando na relevância dos grandes bancos no sistema, protejam o Estado contra a chantagem. Talvez tenha sido precipitado quando muitos enxergaram na crise o resgate da primazia do político e do Estado como principal protagonista em relação à economia. Pois, aí, pode escapar da nossa vista aquilo sobre o que Walter Eucken já nos advertia: “o aumento da atividade do Estado em alcance e forma oculta a perda de autoridade do Estado”. Foi principalmente durante a crise que vimos com frequência a impotência do Estado, que, tecendo considerações sensatas, muitas vezes não tinha outra opção senão socorrer os grandes bancos.

De forma geral, a responsabilidade também deve ser pensada em intervalos maiores. Neste sentido, devem ser avaliados sistemas de incentivo que permitam a escolha entre poderosos incentivos financeiros de um lado, excessivamente voltados ao lucro a curto prazo, e, de outro, as exigências de moral pessoal e estabilidade e êxito sustentado das respectivas empresas. Faz-se necessária uma perspectiva que consiga enxergar mais além de apenas um dia e dos interesses próprios. A bússola da doutrina social católica aponta precisamente nesta direção!

À crise do mercado financeiro somou-se a crise econômica, acirrando-a. Esta foi determinada pela conjuntura, muito embora suas causas fossem também estruturais, mas foram encobertas pelo *boom* dos anos anteriores. A adaptação da economia a requisitos ambientais e a justa inclusão dos países emergentes e em desenvolvimento no comércio internacional são aspectos que não devem deixar de ser considerados. Não podem tardar os ajustes a uma nova realidade de mercado após alterações fundamentais, e não podem ser reprimidas as inovações que abram novas oportunidades de crescimento e apontem para o futuro. Com a Conferência do Clima que se encerra hoje em Copenhague, surge uma oportunidade única de dar um passo adiante na defesa do clima, desde que os países mais ricos saibam lidar de modo coerente com as mudanças da sociedade industrial e com a redução do consumo de energia, oferecendo, ao mesmo tempo, apoio financeiro e técnico aos mais pobres, para que nestes também possam ocorrer as necessárias mudanças.

Além disto, ainda carecem de solução os problemas surgidos em consequência das medidas adotadas para superar a crise. Neste sentido, é necessário criar estratégias para reduzir a atuação do Estado em empresas e bancos, como também a do Banco Central Europeu, para que não se desenvolva uma próxima bolha, seguida de uma nova ruptura. Em todo caso, um dos legados da crise é o aumento maciço do endividamento público, que poderia ameaçar e limitar, a longo prazo, a capacidade de ação do Estado. Todos os esforços devem ser empreendidos para que, além de manter o meio-ambiente intacto e construir um bom acervo de conhecimento, tecnologias e infraestrutura para as próximas gerações, também seja deixado um Estado apto a operar, e não paralisado pelo pagamento do serviço da dívida.

Para que não seja minada a confiança dos cidadãos na democracia e na economia social de mercado, os problemas devem ser tratados com franqueza e as soluções procuradas de forma responsável. O debate em torno das consequências das medidas pretendidas deve ser conduzido aberta e honestamente.

Em face aos desafios do século XXI — segurança alimentar, pobreza e mudanças climáticas — nós, as gerações do presente, somos responsáveis perante as futuras gerações por defendermos soluções que lhes façam justiça e garantam a participação de todos. As consequências dos erros cometidos hoje não podem ser repassadas às gerações de amanhã.

Entretanto, aqueles que desejarem entender a crise como oportunidade, também devem abraçá-la e tirar conclusões a partir dos erros. A crise econômico-financeira nos obriga a isto.

Ontem a Conferência dos Bispos da Alemanha (DBK) publicou o texto “**Auf dem Weg aus der Krise. Beobachtungen und Orientierungen.** Stellungnahme einer von der Kommission für gesellschaftliche und soziale Fragen der Deutschen Bischofskonferenz berufenen Arbeitsgruppe zur Finanz- und Wirtschaftskrise”. Em tradução livre: A caminho da saída da crise. Observações e Orientações. Declaração do Grupo de Trabalho sobre a Crise econômico-financeira instituído pela Comissão de Questões Sociais e de Sociedade da DBK. Está disponível na Internet como Declaração da Comissão Nr. 30 em <http://dbk.de/schriften/data/02117/index.html>